

Ecologias em disputas: a Ecologia de Gilberto Freyre e a Ecologia Humana da Escola de Chicago (1930-1940)

Ana Carolina Vila Ramos Santos*

Resumo: A temática ambiental tem tomado, a cada dia, espaço e vigor nas discussões sobre sociedade e política; embora as pesquisas recentes tomem o tema pela sua contemporaneidade e urgência, minha proposta nessa comunicação é tomar a questão ambiental do ponto de vista da história do pensamento social brasileiro. A obra “Nordeste” de Gilberto Freyre apresentou-se como porta de entrada privilegiada nesse empreendimento: ao expor sua crítica ecológica aos processos de ocupação do espaço e de produção da vida nordestina, Freyre articula natureza, sociedade e cultura numa só problemática. Proponho, então, uma análise da crítica ecológica freyreana tal como trabalhada em “Nordeste” tomando como ponto de partida uma contraposição entre as propostas ecológicas da Ecologia Humana da Escola de Chicago e as propostas do autor tal como expostas em “Nordeste” e “Sociologia”; duas serão as idéias críticas nesse empreendimento: as discordâncias de Freyre quanto ao método matemático-estatístico dos americanos e a preponderância da noção de tempo na ecologia freyreana em contraposição a centralidade da noção de espaço na ecologia americana.

Palavras-chave: pensamento social brasileiro, natureza.

Ecologies in debate: Gilberto Freyre’s ecology and the Chicago School’s Human Ecology (1930-1940).

Abstract: The environmental debate has taken each day importance in brazilian politics and society’s studies; although the recent researches think the environmental issue by its novelty, my purpose at this paper is thought the environmental issue from the point of view of its history in the brazilian social thought. The Freyre’s book “Nordeste” is thought as the first step in this journey: Freyre links nature, society and culture into one solely problem when he exposes his ecological critic concerning the brazilian northeastern’s process of inhabitation and life production. I suggest an analysis of Freyre’s critical ecology as exposed in the book “Nordeste” (1937) by its opposition to the Chicago School’s Human Ecology. For that, two points are central: Freyre’s disagreement concerning the american “mathematical-statistics” method and, the second one, the great importance of the notion of time in the Freyre’s thought when it is opposed to the centrality of space’s notion in the american ecology.

Key words: brazilian social thought, nature.

* ANA CAROLINA VILA RAMOS SANTOS é Doutoranda em Sociologia pela UNICAMP.



Gilberto Freyre (1900-1987)

Introdução

A temática ambiental é de tratamento muito recente na sociologia. Leila Ferreira (2006) dá os primeiros passos numa sociologia ambiental brasileira e toma como as origens da temática os anos 1990. Há uma plêiade de autores e trabalhos, no interior da sociologia, empenhados intelectual e politicamente com a questão ambiental, contudo parece que esse esforço tem como tração essencial um sentimento de urgência da aclamada “crise ambiental” da qual ouvimos notícias pelo mundo desde meados da década de 1960. Pouco se tem pensado sobre a história das relações entre homens e destes com a natureza e de que modo essa história foi percebida e narrada por inúmeros intelectuais, história essa que nos conta muito sobre nossos dilemas contemporâneos.

Essa comunicação caminha no sentido oposto ao da proclamada urgência da questão ambiental: olho para a história do que se pensou sobre natureza e sociedade para esclarecer “pontos cegos” de nossas posturas diante da natureza. Nessa proposta, o pensamento social brasileiro é uma seara imensa de autores e enfoques que iluminam nossos dilemas. “Nordeste” de Gilberto Freyre é a primeira porta que abrimos nessa

longa tarefa de perscrutar uma “sociologia da questão ambiental”.

“Nordeste” é publicado em 1937, quatro anos depois da grande obra de Freyre “Casa-Grande & Senzala”, sob os auspícios da Coleção Documentos Brasileiros e toma como tração essencial dar a conhecer ao país o Nordeste da cana, cuja importância econômica e fausto dos séculos XVII e XVIII haviam se apagado no momento da escrita da obra, final da década de 1930.

Em “Nordeste”, a formação nacional é retratada como um drama composto por cenas episódicas (cada capítulo da obra) livremente ligadas por um narrador que organiza, retraça e reconta os feitos do colonizador na nova terra. A região torna-se espaço imagético – sua natureza e seus homens compõem a paisagem que dá vida ao drama narrado por Freyre. A natureza é paisagem (cultura materializada) na medida em que é valor regional, registro da cultura humana. O aspecto físico é englobado e constituído pela cultura. A natureza – assim como a casa e a culinária e tantos outros valores culturais – são tomados como imagens que recontam o despedaçamento da civilização do açúcar.

O tema ecologia que grande espaço desfruta em “Nordeste” é parte crucial do debate intelectual e político encaminhado pelo regionalismo tradicionalista para pensar os “modos de ser” do Nordeste num período de intensa transformação social e econômica. Gilberto Freyre foi o grande artífice do movimento regionalista e suas propostas políticas e culturais estão contempladas em sua obra, em especial aquela produzida na década de 1930.

A proposta de uma sociologia *sui generis* (tropical e brasileira à moda de

Freyre) acompanha uma leitura interpretativa da formação social do Brasil em que o não-europeísmo, o trópico e o exótico são elementos-chaves. O conceito de trópico abre caminho às proposições de uma sociologia alternativa para dar conta da especificidade do país frente à Europa. Nesse sentido, propomos que as idéias de natureza de Freyre e seu correlato método ecológico de análise sociológico, em especial aquelas presentes na obra “Nordeste”, não podem ser compreendidos apartados da idéia de região que toma forte contorno no âmbito do movimento regionalista tradicionalista nordestino. É a manutenção da tradição em oposição a velocidade do novo o ponto central do projeto regionalista para o Brasil Moderno.

A despeito do peso que a literatura regionalista tem na confecção de “Nordeste”, a literatura contemporânea tem entendido a ecologia freyreana a partir de um diálogo estreito com a ecologia humana da Escola de Chicago. Essa comunicação caminha no sentido oposto: proponho que as formulações da Ecologia Humana da Escola de Chicago foram substrato crítico importante na formulação das propostas ecológicas de Freyre e tomo tais formulações como uma contraposição frutífera na compreensão da ecologia de Freyre.

Destacamos dois pontos que permitem a compreensão das discordâncias com relação à proposta americana. O primeiro ponto dessa confrontação diz respeito à proposta de sociologia que Freyre encampa; para explorar esse tema, trataremos da distinção, estabelecida pelo autor, entre o *método* objetivista, matemático-estatístico, “geométrico” dos americanos e a proposta “herética, franciscana e impressionista” de Freyre. O segundo

ponto refere-se aos conceitos operacionais de cada proposta teórica: destacamos a preponderância da idéia de *tempo* (e dos conceitos de acomodação e harmonia) na ecologia de Freyre em contraposição à centralidade da idéia de *espaço* (e do conceito de competição) na Ecologia Humana da Escola de Chicago.

Embora não tenha recebido muita atenção da literatura especializada, a ecologia freyreana mostra-se como um ponto de partida riquíssimo na compreensão da proposta do autor acerca da modernidade brasileira, que vem recebendo crescente atenção diante do alvoreço acerca dos temas diversidade, meio ambiente e desenvolvimento.



Fonte: [Jornal da Unicamp](#)

A sociologia de Freyre nos anos 1930

A sociologia brasileira “nasce”, sobretudo, do questionamento dos recursos disponíveis para a análise social: o abandono das máximas do evolucionismo e do darwinismo social em favor da construção de instrumentos

analíticos novos, nos quais variáveis sociais e culturais são centrais, é parte de um esforço de elaboração de novas interpretações da realidade brasileira, empreendimento a que se lança uma geração de intelectuais brasileiros considerada crucial na formação de um pensamento propriamente sociológico no país (CANDIDO,1987).

Nas obras que “inventaram o Brasil” (CARDOSO,1993), Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr tratam, sobretudo, da questão da formação nacional aliada à modernização, e para tanto, utilizam-se de ricos aparatos teórico-metodológicos nos quais sociedade e cultura (não mais aspectos geográficos, traços biológicos ou raça) são as variáveis explicativas.

Estes ensaístas, como atenta Bastos (1997), têm como tração geral uma obsessão explicativa do Brasil: guardadas as grandes diferenças de abordagens e de temas, o que os aproxima é a preocupação em produzir novas interpretações da sociedade e da cultura brasileiras muito distantes daquelas produzidas pelo pensamento interior.

Estas novas interpretações do Brasil foram gestadas no interior de um campo intelectual específico em momentos de profundas transformações sociais, políticas e econômicas. Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Jr. quando surgem no cenário político-cultural nos anos de 1930 estão engajados na solução do “problema nacional”, qual seja, a modernização do país que num primeiro momento passa pela dissolução da dominação oligárquica e, posteriormente após a Revolução de 30, pelo ordenamento dessa nova realidade.

É nesse período que se inicia a institucionalização da sociologia

enquanto disciplina científica por meio da criação dos primeiros cursos de Ciências Sociais na Universidade de São Paulo e na Escola Livre de Sociologia e Política, em São Paulo; da inclusão da disciplina sociologia em diversos cursos, como na Universidade do Distrito Federal; e da multiplicação de livros de estudos brasileiros, tais como a coleção Brasileira.

Freyre está engajado na feitura da instituição e do saber sociológico brasileiros- capitaneia a publicação da coleção Documentos Brasileiros pela Editora José Olympio; é contratado como professor da Universidade do Brasil, em 1934, para ministrar aulas sob a cátedra de sociologia (MEUCCI,2006). Sua interpretação do Brasil tem como foco crítico a produção precedente, especialmente no tocante ao tema da mestiçagem: os diagnósticos de advogados, médicos, historiadores empenhados na formulação de uma história e de uma cultura brasileiras eram pouco otimistas quanto ao perfil mestiço da população brasileira; um pessimismo agudo- da impossibilidade de civilização mestiça nos trópicos- ou um otimismo eugênico- as esperanças de branqueamento, estas eram as alternativas para se pensar o futuro da nação.

Freyre, de uma certa forma, rompe com a tradição que o precede – e que o formou – ao aceitar a premissa boasiana da preponderância de caracteres histórico-culturais sobre os caracteres físicos e biológicos na formação do caráter de um povo. Desse modo, reabilita não só o negro - em sua interpretação, o elemento civilizador da nação- mas o trópico tomado como o espaço privilegiado para o desenvolvimento de uma civilização *sui generis* marcada pelo equilíbrio e harmonia entre forças antagônicas, entre

a violência e a harmonia, oriente e ocidente, barbárie e civilização, natureza e cultura.

A literatura que trata do tema ecologia e natureza na obra de Freyre (CHACON, 2004; VILA NOVA, 1998) toma como ponto de partida um suposto diálogo (quicá inspiração!) entre Freyre e a Ecologia Humana da Escola de Chicago. Nossa proposta caminha em outro sentido. Percebemos que a ecologia de Freyre trava um diálogo, em suas obras da década de 1930, muito mais intenso com a geração que o precedeu (Euclides da Cunha e Silvio Romero como duas contraposições úteis) e a literatura regionalista que com seus colegas americanos. Como Candido (2000), Larreta e Giucci (2007) e Bastos (2003) propõem, a obra de Freyre está muito mais próxima da tradição do ensaísmo (que marcou toda a produção intelectual até meados da década de 1930) do que com o saber sociológico que começa a tomar forma no início do século XX.

Para entender a natureza e a ecologia de Freyre, temos que nos voltar aos antecessores e contemporâneos de Freyre e tomar a Escola de Chicago como uma contraposição útil, uma inspiração “invertida” do pensamento ecológico de Freyre.

Ao falar de uma ecologia e de uma natureza, Freyre nos fala da saudade do tempo do engenho em que a família patriarcal era a figura reguladora da sociedade e da natureza. Nossa proposta de leitura de “Nordeste” (1937) nota o *privilégio* dado ao sentido de natureza como paisagem, natureza tomada como depositária da história de uma sociedade, de uma cultura. Esse é o sentido que a ecologia de Freyre assume- distante da ecologia americana, aproximando-se do debate regionalista.

Nessa comunicação, não tratarei dos diálogos de Freyre com a literatura regionalista. Por hora, apresento o debate do autor com as propostas da Escola de Chicago, um primeiro esclarecimento que se faz necessário nos esforços de compreensão da ecologia do autor.

“Tão longe assim...”: a Ecologia Freyreana e a Ecologia Humana da Escola de Chicago.

Na pouca literatura produzida sobre o tema ecologia no pensamento de Freyre (VILA NOVA, 1995; CHACON, 2004), em especial sobre a presença desta questão nas obras produzidas na década de 1930, é recorrente apontar a ecologia humana da Escola de Chicago como principal interlocutora de Freyre. O período de estudos e formação de Gilberto nos EUA é tomado como crucial para entender o advento dos temas ecológicos em seu pensamento. Neste sentido, a Escola de Chicago tem um peso importante em sua formação de sociólogo, diz-nos a literatura (VILA NOVA, 1995; CHACON, 2004).

Tendo realizado seus estudos de graduação e pós-graduação nos EUA na década de 1920, nas Universidades de Baylor e de Columbia respectivamente, Freyre esteve envolto numa ambiência intelectual muito rica principalmente durante sua experiência na Universidade de Columbia, local onde conheceu as idéias do relativismo cultural de Franz Boas e a abordagem histórica do grupo ligado a New History americana (TUNA, 2003).

Um pouco distante da Universidade de Columbia, ainda na década de 1910, a Universidade de Chicago começa a se destacar como centro produtor de conhecimento no campo das ciências humanas. Robert Park e Ernest Burgess e um grande grupo ligado à

institucionalização e estruturação do departamento de ciências sociais naquela universidade lançam as bases de uma outra grande vertente teórica nas ciências humanas naquele período: a ecologia humana.

Como salienta Oliveira (1987), a ecologia humana tem tamanha importância na institucionalização das ciências sociais americanas que até hoje se pode perceber que as proposições da ecologia humana persistem como marca distintiva da sociologia americana. Para nós, o que importa é que a ecologia humana é até meados da década de 1940 o gabarito da produção científica naquele país.

A ecologia humana da Universidade de Chicago não passa incólume por Freyre e é presença marcante em seu pensamento como o próprio autor analisa em sua obra “Sociologia” publicada em 1945. Entretanto, essa presença se dá muito mais pela confrontação crítica do que pela aceitação de temas, teorias, conceitos e metodologias.

Destacamos dois pontos que permitem a compreensão das discordâncias quanto à proposta americana. O primeiro ponto dessa confrontação diz respeito à proposta de sociologia que Freyre encampa; para explorar esse tema, trataremos da distinção, estabelecida pelo autor, entre o *método* objetivista, matemático-estatístico, “geométrico” dos americanos e a proposta “herética, franciscana e impressionista” de Freyre. O segundo ponto refere-se aos conceitos operacionais de cada proposta teórica: destacamos a preponderância da idéia de *tempo* na ecologia de Freyre (e dos conceitos de acomodação e harmonia) em contraposição a centralidade da idéia de *espaço* (e do conceito de competição) na Ecologia Humana da Escola de Chicago.

Donald Pierson (1948)¹ nos diz que a

¹ Não nos esqueçamos do papel crucial de

ecologia humana, em meados da década de 1945, é jovem ainda: o desenvolvimento desse novo campo tem sido essencialmente empírico e ainda marcado por um alto grau de exploração e de tentativas de definição do campo de estudos. Entretanto, já é possível perceber sua vocação: concebida como pressuposto metodológico da sociologia (e das outras ciências sociais), a ecologia humana toma como objetivo o *entendimento da base biótica* da vida social.

O ponto de partida da Ecologia Humana é o mesmo que o de suas irmãs, a ecologia vegetal e a ecologia animal: o fato básico para estas ciências é a existência, tanto entre seres humanos como entre plantas e animais, de uma competição constante por um lugar no espaço. Dessa competição se desenvolve, pouco a pouco, certa ordenação da configuração vegetal, animal ou humana, configuração que não pode ser compreendida se plantas, animais e seres humanos forem tomados como meros indivíduos, como *mônadas*: é preciso olhar para a “*teia da vida*”.

No decorrer deste processo de assentamento e acomodação no espaço, indivíduos humanos, grupos de indivíduos e instituições sociais tornam-se interdependentes por meio da

Donald Pierson (1900-1995) na institucionalização da sociologia como disciplina científica em nosso país. No final da década de 1930, Pierson é convidado para lecionar na Escola Livre de Sociologia e Política, criada em 1933 na cidade de São Paulo onde permanece até 1959. Sua contribuição à consolidação do campo da disciplina foi enorme e se espraiou por diferentes áreas: estudos das relações raciais, estudos de comunidade e estudos urbanos são as principais áreas em que atuou. A obra a qual nos referimos nesse trabalho “Estudos de Ecologia Humana” (1948) constituiu-se como uma espécie de manual do estudante de sociologia na primeira metade do século XX no Brasil.

especialização de cada unidade em uma determinada função na “economia biológica” do sistema. Nasce entre os seres humanos, vegetais e animais, como resultado do processo natural de competição, entendida como disputa por espaço, certa organização, uma *teia de relações sociais*, que é antes biótica que social.

A proposição básica que permeia as reflexões de Roderick Mckenzie, Robert E. Park (1864-1944), Ernest W. Burgess (1886-1966), grandes nomes da Ecologia Humana da Escola de Chicago, é que no nível ecológico da vida humana, atua um *processo, espontâneo, não intencional* e contínuo – a competição - que leva os seres humanos a desenvolverem inconscientemente uma organização biótica interdependente e a se distribuírem ordenadamente no espaço.

Assim, a ecologia humana estuda o processo de competição e as relações que dele provenham tal como essas se revelam por índices físicos, principalmente os de espaço. A ecologia humana, em poucas palavras, se interessa pelas relações pessoais traduzidas em relações espaciais (PIERSON, 1948: p.12-13).

Entretanto, as inter-relações dos seres humanos e as interações do homem e seu habitat, são comparáveis porém não idênticas às inter-relações de outras formas de vida animada. O homem, como argumenta Robert Park (1948), por meio de invenções e recursos técnicos aumentou enormemente sua capacidade de reagir aos desafios da natureza e refazer o seu habitat. O homem guarda sua peculiaridade com relação às outras formas de vida animada justamente porque erigiu, sobre a base biótica da comunidade, uma estrutura institucional enraizada no costume e na tradição, a sociedade

(PARK, 1948: p.33).

Assim, a sociedade humana é organizada em dois níveis, o biótico e o cultural. Há uma sociedade simbiótica baseada na competição e uma sociedade cultural baseada na comunicação e no consenso. As duas sociedades, argumentam tanto Pierson (1948) quanto Park (1948), são simplesmente aspectos diferentes de uma sociedade- a superestrutura cultural repousa sobre a base da subestrutura simbiótica, e as energias que se manifestam no nível biótico em movimentos e ações revelam-se no nível social superior em formas mais sutis e sublimadas.

À ecologia, cabe o estudo e a explicação deste nível da sociedade comum a todas as formas de vida animada, o biótico. À sociologia, cabe o estudo e compreensão, por meio de métodos e teorias moldados ao objeto, da “expectativa normal do gênero humano, dos mores, aquilo que os homens, numa situação definida, vieram a esperar” (PARK, 1948: p.35).

Do ponto de vista metodológico, a análise é dividida em dois momentos: num primeiro momento, a Ecologia Humana, encarregada do estudo do nível biótico da vida, ou seja, o estudo das condições de existência de uma comunidade, prepara o palco para a Sociologia, que tendo obtido a localização dos pontos de concentração, rarefação ou ausência de um dado fenômeno social por meio da ecologia humana, pode concentrar sua investigação ulterior nesses pontos, empregando métodos e técnicas de outra amplitude (PIERSON, 1948: p.17). A Sociologia e as outras ciências sociais tratam, portanto, do estudo da “vida”, esta entendida como manifestação da cultura humana.

A ecologia humana é, portanto, uma

rebeta de todo o debate ecológico que se inicia com Ernst Haeckel (1834-1919) em meados do século XIX e que toma grande força no interior das ciências naturais, em especial da biologia nos EUA (MITMAN,1991). A ecologia humana alinha-se, enquanto disciplina nascente, às “ciências duras” e trata as relações simbióticas, travadas no nível analítico da comunidade, como eminentemente naturais, não concernentes, portanto, a qualquer uma das ciências sociais.

As reservas de Freyre quanto a Ecologia Humana da Escola de Chicago dizem respeito, como já adiantamos, primeiro a concepção de sociologia por trás das propostas americanas: a crítica incide no excessivo objetivismo que as aproximam das ciências naturais.

Em “Sociologia” (1945), Freyre está atento à insistência quanto ao caráter de uma “ciência natural” da sociedade que a ecologia humana acaba por assumir e como consequência a transposição de conceitos e idéias caras à biologia, como “teia da vida”, competição, dominância e sucessão, à análise da sociedade. Segundo Freyre, as premissas dos ecologistas desta escola podem ser resumidas à idéia de que a estabilidade das instituições sociais é precedida pela estabilidade das relações de espaço e que para entender os processos de mudança e estabilidade, o conceito de competição basta. Estas características, argumenta Freyre, dão a Escola de Chicago (“adeptos do darwinismo filosófico”) um aspecto de quase “seita sociológica saída do calvinismo ou do determinismo biológico”, uma ecologia *à moda da biologia*, inteiramente deduzida da ecologia animal e vegetal. Freyre propõe então uma ecologia à moda da sociologia- sua sociologia regional.

Quais seriam os diálogos nessa

proposta? É possível identificar, argumenta Freyre, duas veias distintas da produção intelectual sobre as relações natureza/sociedade na sociologia: a primeira, aquela que segue o “critério simbiótico” conservando-se como ciência da região ora inclinando-se mais às análises aproximadas de uma biogeografia, ora mais próximas de uma análise em que a cultura humana assume o papel de protagonista; e a segunda, aquela que se endureceu nas proposições dos ecologistas de Chicago para os quais as relações simbióticas na sociedade humana representam ajustamentos às condições culturais tanto quanto às naturais.

De um lado, diz-nos Freyre, os botânicos escoceses Patrick Geddes (1864-1932) e John William Bews (1884-1938)², o sociólogo tcheco Emanuel Chalupny (1879-1958)³, o indiano Radhakamal Mukherjee (1889-1968), os regionalistas franceses que, muitos sem o saberem, produzem análises ecológicas em que o humano,

² Geddes foi um botânico escocês que introduz o conceito de região no estudo do planejamento urbano. O conceito de região, na acepção que Geddes dá ao vocábulo, informa uma relação direta entre espaço e processos sociais. Em 1915, publica “Cities in evolution”. Bews foi o botânico introdutor da ecologia, como disciplina acadêmica, na África do Sul nas duas primeiras décadas do século XX. Em 1935, publica a importante obra “Human Ecology” na qual expõe sua proposta de ecologia como disciplina de síntese que unifica todos os esforços das diferentes ciências no estudo do homem (ANKER, 2001; QUINN, 1940).

³ Chalupny foi um intelectual ativo na institucionalização da sociologia como disciplina científica na Tchecoslováquia: discípulo de Tomáš Garrigue Masarick (1850-1937)- primeiro presidente (1920-1935) e introdutor dos estudos sociológicos naquele país...quanta coincidência!- publica uma extensa obra intitulada “Sociologia” (11 volumes, 1916-1948), o primeiro tratado sociológico “genuinamente” tcheco (SKOLA,1922; KOLAJA, J.;MONTIEL, A., 1963).

em todas as suas dimensões, é o objeto de análise; de outro, os americanos de Chicago, que retiram a “vida” da análise sociológica (FREYRE, 1967: p.441).

Freyre, na obra “Nordeste”, dedica algum tempo ao sociólogo Radhakamal Mukherjee quando fala de sua ecologia antropocêntrica. Esse intelectual indiano, nas décadas de 1920 e 1930, produziu alguns trabalhos em torno do tema da ecologia regional, num claro diálogo com a ecologia humana de Chicago (MUKHERJEE, 1930;1932; QUINN, 1940)⁴.

Na leitura que Freyre faz da obra do indiano, é a centralidade do tema da ocupação humana que ganha destaque:

“quando este afirma que concebe a ecologia social como investigação de relações regionais de espaço e de alimentação e de processos e de adaptação do homem à natureza, seguida pela mensuração do equilíbrio que se verifique nessas mesmas relações- *equilíbrio favorável ou desfavorável do ponto de vista da ocupação humana* [grifo meu]- o sociólogo indiano, com seu empenho em aplicar a lógica das ciências físicas e o método das ciências naturais ao estudo das relações sociais no espaço, atraiçoa o fisicismo e o próprio naturalismo pelo antropocentrismo, pelo humanismo, pelo culturalismo

(...)

É o que fazemos mais ou menos

⁴ Não só Mukherjee, mas também Geddes e Bews: os escoceses tiveram grande impacto na institucionalização da ecologia (regional e humana) nos EUA de modo que suas reflexões são consideradas como germinais da ecologia americana (ANKER, 2001; QUINN, 1940). A despeito dessa proximidade, há algo que une sociólogo indiano, botânicos escoceses, regionalistas franceses, aos olhos de Freyre (1967), como veremos um pouco a frente no argumento.

todos os que procuramos realizar *estudos concretos de ecologia social e não apenas divagar ou delirar a respeito. O ponto de vista da ocupação humana do espaço não nos permite ser rigorosamente fisicistas ou naturalistas no estudo sociológico de uma região: de suas inter-relações [grifo meu].* O critério antropocêntrico nos leva a considerar como valores- valores do ponto de vista humano e relativos a condições regionais de vida e economia- rios, composições de solo, animais, vegetais, minerais.”(FREYRE, 1989: p.27).

É o molde da região – a natureza domada pelo homem – e não o homem moldado – a natureza como toda-poderosa – o centro das preocupações da sociologia regional que Freyre intenta elaborar. Região como expressão cultural e não imposição da natureza.

A despeito das enormes diferenças entre propostas tão díspares, o que une os autores do primeiro grupo é uma espécie de concordância tácita acerca da multiplicidade da realidade (e a conseqüente proposta de uma análise totalizante do humano) que conforma a proposta de *uma espécie de narrativa do drama humano*, em que biologia, geografia, antropologia, história e sociologia são vozes orquestradas. Outra peculiaridade une os autores citados: todos apresentam uma visão alternativa à sociologia americana, dito de outra forma, indiano, escoceses, tcheco e franceses adicionam “cor local” à sociologia produzida nos grandes centros do mundo (EUA ou Europa Ocidental). Nada de cópias em branco-e-preto do núcleo da civilização ocidental: cada um a seu modo, vê a peculiaridade de sua realidade social e, assim, enriquecem o pensamento sociológico. O conceito de região é, podemos pensar, o fruto dessa proposta

alternativa de sociologia.

É a idéia de região, entendida como um todo harmônico no qual natureza e homem compõem o drama da vida em sua riqueza de detalhes- o cotidiano- o instrumento central da análise ecológica de Freyre. A sociologia regional ou ecologia social de Freyre seleciona tipos de região que indiquem as relações entre fatos sociais essenciais e as condições físicas fundamentais associadas àqueles. A região, neste sentido, é concebida como um organismo vivo em que operam *harmoniosamente* vários sistemas vivos, o vegetal, o animal e o humano - *cooperação*, e não competição, é a força que está por detrás da ocupação do espaço, do uso da natureza, da sobrevivência e estabilidade da comunidade. Como argumenta Freyre,

“Por essa interdependência (...) se explicaria o balanço ou o equilíbrio entre o ser humano ou o grupo social e aquelas formas regionais de vegetação e de vida animal que competem e cooperam com eles no esforço de todos e de cada um (...) por uma posição no espaço, resultando às vezes esse esforço em simbiose” (FREYRE, 1967: p. 437).

Neste sentido, sociedade e natureza são tomados em sua plasticidade e fluência, em sua infinita capacidade de adaptação e de perfectibilidade. Argumenta Freyre que são as relações entre homens (captadas sob dois critérios, o de tempo- da história profunda - e de espaço, entendido como o “acúmulo de tempos”⁵) e não as relações homem-espaço (espaço tomado como índice suficiente das ações humanas) que determinam a conformação de uma região; trata-se de ecologia à la

sociologia justamente porque não se restringe às respostas aos desafios impostos pelo ambiente, mas a análise tenta dar conta das formas de vida regional em seu conjunto, de um mundo cultural erigido em torno de um recorte do espaço físico; cultura e natureza entendidas como partes de uma totalidade.

Chegamos, então, ao segundo ponto de discordância de Freyre com relação à ecologia humana da Escola de Chicago: a preponderância da variável tempo na proposta freyreana em contraposição a centralidade do espaço como índice das relações sociais na ecologia de Chicago.

A centralidade do conceito de região em seu método ecológico tem como suposto a inexistência de uma natureza humana única, comum a todos os homens: os homens são regionalmente condicionados e sob a rubrica “regionalmente” entendamos cultural e naturalmente; portanto, não há um “Homem”, uma idéia demasiadamente abstrata para a sociologia de Freyre, mas uma miríade de homens, tantos quantos as relações entre cultura e natureza puderem criar- existem, desse modo, *homens situados regionalmente*.

Somente o “homem situado”, em suas múltiplas e ricas relações com a natureza, com a técnica e com outros homens, daria pistas sobre o Homem, ou seja, são os regionalismos que informam o universal. Para Freyre, se existe o geral, o universal, esse é situado como resíduo do regional e do temporal.

A natureza não impõe ao homem formas de habitat tão pouco cria o sentimento de harmonia entre natureza/sociedade – essas formas e esses sentimentos são expressões culturais. As respostas às situações biológica e geográfica que podem

⁵ Tal como um palimpsesto, como propõe Milton Santos (1997).

condicionar – e não determinar, como enfatiza Freyre – o *status* no espaço e o desenvolvimento no tempo de um tipo social de homem ou de uma instituição social são várias e de uma riqueza que espelha as diversas “soluções culturais” frente aos constrangimentos da natureza⁶. Uma grande faculdade de adaptação da parte do homem lhe permite dar elasticidade a essas limitações, sem, entretanto, aboli-las, reinventando as formas de relação homem/natureza, homem/homem (FREYRE, 1967: p.454).

Esta grande faculdade de adaptação, entretanto, não é natural é cultural, ou melhor, é historicamente construída. O presente – as respostas aos desafios de hoje – é condicionado pelo inventário de respostas que cada cultura traz em si: uma espécie de herança da qual os vivos se servem para pensar seu presente e seu futuro. Esta concepção de tempo – “tempo trípico” (BASTOS, 2003) – enlaça passado, presente e futuro numa mesma torrente de modo que os tempos e experiências convivem e conformam o quadro de referência a partir do qual se concebe o mundo e se elabora as formas de pensar e de agir. Por meio desta concepção de tempo, é possível perceber que as respostas aos constrangimentos da natureza não são apenas bióticas, fruto de processos espontâneos e não-intencionais de reação; tais soluções são parte de um grande inventário cultural, uma tradição por meio da qual o drama da vida é

tecido e re-inventado.

É a partir dessa percepção da diferença de “soluções culturais”, de tempos, de ritmos que Freyre pensa sua proposta regionalista e assim formula sua crítica ao “progresso do Sul” que assumia, nas primeiras décadas do século XX, o símbolo da homogeneização, do constrangimento da energia vital que estava na diferença guardada sob a rubrica da heterogeneidade regional. Do ponto de vista de sua sociologia regional, não havia uma única e verdadeira concepção de progresso, ou melhor, um único caminho rumo à modernidade. Esta variedade de caminhos rumo ao progresso (bem como a noção de progresso) seriam gestadas no interior de um quadro de referências histórica, social e culturalmente construído. Não havia um progresso com “P” mas vários progressos, numa analogia a sua proposta de homem situado.

A acepção freyreana de progresso pode ser resumida da seguinte forma: uma sucessão de deslocamentos de centros de gravidade da cultura sem que esses deslocamentos importem em aperfeiçoamento absoluto ou universal de cultura, mas que *sempre tende à harmonia* entre homens e entre homem e natureza, por meio de uma série de compensações, de modo que o aperfeiçoamento num domínio poderia implicar a decadência em outro (FREYRE, 1967: p. 448).

A leitura de Freyre não deixa dúvidas quanto a concepção de sociologia que adota: uma sociologia compreensiva moldada por seu *método impressionista* por meio da qual o humano, símbolo da multiplicidade e da criatividade, pode ser compreendido em suas várias facetas (biológica, cultural, social) de forma integrada.

⁶ A idéia de natureza aqui expressa se aproxima da “circunstância” do espanhol José Ortega y Gasset (1883-1955). Como argumenta Spitzer (1942), “circunstancia” representa a aceitação do desenvolvimento histórico como se deu, ou seja, como um “ciclo de vida”, encaminhamento natural da vida, como sugere Bastos (2003) quando se refere ao decadentismo dos autores hispânicos. Nesse sentido, a natureza não é jaula, mas testemunho dos ciclos vitais das sociedades.

Uma sociologia em que o critério ecológico-regional assume o ponto de vista antropocêntrico e se serve de todas as outras ciências e da arte para a reflexão sociológica. Poderíamos sugerir que enquanto a ecologia humana à la Escola de Chicago, ao tomar como foco de análise o nível biótico das sociedades humanas num esforço análogo ao da biologia, trata da sobrevivência física, da mera “existência” do humano, Freyre trata da Vida em sua totalidade, natureza e cultura integradas na compreensão da aventura humana. Freyre retoma, portanto, aquela longa tradição do pensamento social brasileiro que tem no ensaio construído na confluência da literatura, com a arte, a história, a geografia e as ciências naturais sua forma privilegiada de expressão e análise da realidade social. A Ecologia Humana da Escola de Chicago está tão distante assim...

Uma comparação que nos parece muito útil para entender sua sociologia impressionista em contraposição às propostas da ecologia humana é aquela que o autor estabelece entre a fotografia e pintura. Ele nos diz:

“Não há nada de estranhamente belo na *fotografia* porque a *fotografia pega em flagrante as linhas e as sombras mas não apanha o caráter, nem da paisagem nem da pessoa. Caráter ou, si preferem, alma [grifo meu]*. Anseia a arte por exprimir essa alma e para consegui-lo a proporção é apenas um meio. Se o apanhar de imagens, em absoluta normalidade de proporção e abundância de pormenores, fosse o fim da arte, então, maior que o Golgotha, de El greco seria qualquer fotografia, de gabinete de Identificação. À galeria policial de Scotland Yard e não a de Trafalgar Square afluíram os *virtuosi* da arte

do retrato.

Vicente do Rego Monteiro sabe isto por intuição. E quando ele faz o retrato duma pessoa, o resultado é *um trabalho sem exatidão e a normalidade da fotografia [grifo meu]*- qualidades tão caras ao burguês. Porém é um *retrato que possui alma, caráter, um não sei que de muito íntimo [grifo meu]*. E destacada, exagerada, a nota da beleza- esse sopro da divindade na criatura” (LARRETA e GIUCCI, 2007: 169).

No prefácio a tradução espanhola de “Nordeste“, Freyre volta a distinção entre fotografia e pintura impressionista enfatizando a captação do movimento na última como ponto de interesse de sua ecologia:

“a maneira dos impressionistas mais empenhados em descobrir a verdade dos conjuntos quase sempre perdida pelos fotógrafos” (...) procurando *surpreender* a região monocultora, latifundiária, e por longo tempo, escravocrática, *no conjunto de inter-relações dos seus vários fatores*, os físicos com os de cultura, os naturais com os históricos, os eugênicos com os eutênicos, os digênicos com os caco gênicos

(...) [com o objetivo] de procurar extrair da totalidade de inter-relações e processos naturais e de cultura que se encontrem simbioticamente confundidos e harmonizados, ou em conflito, na vida e na paisagem de determinada região, os seus traços mais característicos, os seus tipos mais representativos (...), os seus métodos mais constantes de exploração da terra ou de exploração de animais pelos homens e dos homens uns pelos outros. O seu drama [*grifos meus*]” (FREYRE, 1989: p.25).

Não interessava a Freyre o retrato

estático e exato do humano: Freyre ansiava por conhecer a alma e para tanto linhas, sombras e números eram insuficientes; a ciência perdia campo para a arte. O “ponto de vista”, a impressão, a alma do escritor tomava o lugar do conceito, dos modelos das teorias científicas. Como esclarece no prefácio à “Sobrados e Mucambos”,

“O humano só pode ser compreendido pelo humano- até onde pode ser compreendido; e compreensão importa em maior ou menor sacrifício da objetividade à subjetividade. Pois tratando-se de passado humano, há que deixar-se espaço para a dúvida e até para o mistério: a história de uma instituição, quando feita ou tentada sob critério sociológico que se alongue em psicológico, está sempre nos levando a zonas de mistério onde seria ridículo nos declararmos satisfeitos com interpretações marxistas ou explicações behavioristas ou paretistas, com puras descrições semelhantes às da história natural de comunidades botânicas ou animais”(FREYRE, 2004: 40-41).

Não se trata, portanto, de pura ciência, como queiram os cientistas naturais, mas de ciência-arte na qual sujeito e objeto são elementos dos esforços de interpretação e compreensão da sociedade e por meio da qual o autor num esforço de empatia se dilui “franciscanamente” no que estuda.

É essa empatia, a diluição do autor no objeto, que molda o “ponto de vista” de nosso autor: ao falar de um tempo passado, ele nos conta da saudade, ele refaz o caminho da memória e traz à vida uma região que conhecera, no passado, momentos de fausto e que perdera seu brilho com a chegada do Progresso. É esse olhar empático que vê a natureza como paisagem, testemunha de um tempo pleno de harmonia, a raiz

da “brasilidade”.

Comentários finais

Há uma multiplicidade de fios a serem trançados (inúmeras leituras, inúmeros diálogos, tantas outras inspirações) para a compreensão da idéia de natureza e da ecologia de Freyre. Para um autor que sempre prezou pela heterodoxia do método, é tarefa ingrata (para não dizer injusta) tratar de forma unívoca de “influências” de estas escolas e aqueles autores. Na formatação de suas propostas encontramos uma tessitura rica de autores, propostas e idéias. Rica e original. Garimpamos alguns desses possíveis diálogos que nos permitam melhor compreender o pensamento ecológico de Freyre na década de 1930.

Nessa comunicação a análise da ecologia de Freyre esteve restrita a contraposição entre propostas metodológicas e teóricas bem distintas: a “ecologia impressionista” de Freyre e a ecologia humana da Escola de Chicago.

Longe de esgotar os possíveis diálogos e divergências entre as duas propostas, essa comunicação teve por objetivo maior apontar a fecundidade heurística do tema natureza e sociedade no estudo do pensamento social brasileiro. Rer ler a obra de Freyre sob um ponto de vista peculiar (os estudos contemporâneos sobre ambiente e sociedade) é jogar nova luz sobre sua obra e abrir caminho a um longo projeto de reflexão sobre a história do que se pensou acerca das relações entre sociedade e natureza na sociologia brasileira.

Referências

- ANKER, P.. Imperial Ecology: Environmental Order in the British Empire, 1895-1945 . Cambridge, Mass,. Harvard University Press, 2001.
- BASTOS, E. O pensamento sociológico no

Brasil: Consenso ou crítica?. Tese (Livre Docência), Departamento de Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 1997.

_____. Gilberto Freyre e o pensamento hispânico: entre Dom Quixote e Alonso El Bueno. Bauru, EDUSC, 2003.

CANDIDO, A. . Formação da literatura brasileira: momentos decisivos. 5ª edição. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1975.

_____. A Revolução de 30 e a cultura. In: CANDIDO, A.. A Educação pela noite e outros ensaios. São Paulo, Ed. Ática, 1987.

_____. Literatura e Sociedade. 8ª edição. São Paulo, T.A. Queiroz; Publifolha, 2000 (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

CARDOSO, F.. Os livros que inventaram o Brasil. In: Revista Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, vol. 37, nº 1, p.21-35, 1993.

CHACON, V.. Ecologia e meio ambiente nos trópicos. In: ANAIS DO SEMINÁRIO DE TROPICOLOGIA, Recife (PE), 2004. Disponível em www.tropiologia.org.br. Acesso em 04 de julho de 2006.

FERREIRA, L.. Idéias para uma sociologia da questão ambiental no Brasil. São Paulo: Ed Annablume, 2006.

FREYRE, G. . Casa Grande & Senzala. 51ª edição. São Paulo, Ed. Global, 2006.

_____. Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 6ª edição. Rio de Janeiro, Ed. Record, 1989.

_____. Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Global, 2004 (1ª Edição: 1936).

_____. Sociologia: introdução ao estudo de seus princípios. Rio de Janeiro; São Paulo, Ed. José Olympio, 1967 (1ª Edição: 1945).

KOLAJA, J.; MONTIEL, A. La Sociologia Checoslovaca: uma historia de la interacción entre la ciência y la política. In: Revista Mexicana de Sociologia, vol. 25, no, 3, p.1095-1125, sep-dec. 1963.

LARRETA, E.; GIUCCI, G.. Gilberto Freyre: uma biografia cultural: a formação de um intelectual brasileiro: 1900-1936. Rio de

Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

MEUCCI, S.. Gilberto Freyre e a Sociologia no Brasil: da sistematização à constituição do campo científico. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Sociologia- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2006.

MITMAN, G.. The state of Natures: ecology, community and the American Social thought, 1900-1950. Chicago: Chicago University Press, 1992.

MUKHERJEE, R.. The Regional Balance of Man. In: The American Journal of Sociology, vol.36, no.3, p.445-460, nov.-1930.

_____. The Ecological Outlook in Sociology. In: The American Journal of Sociology, vol. 38, no.3, p.349-355, nov-1932.

OLIVEIRA, L.. Donald Pierson e a Sociologia no Brasil. In: BIB- Revista Brasileira de Informação Bibliográfica, Rio de Janeiro, n.23, p.35-48, 1º.sem. de 1987.

PARK, R.. Ecologia Humana. In: PIERSON, DONALD (org). Estudos de Ecologia Humana. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1948 (Tomo I de Leituras de Sociologia e Antropologia Social).

PIERSON, D.. Introdução. In: PIERSON, DONALD (org). Elementos de Ecologia Humana. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1948 (Tomo I de Leituras de Sociologia e Antropologia Social).

QUINN, J.. Human Ecology and Interactional Ecology. In: American Sociological Review, vol. 5, no. 5, p.713-722, oct.-1940.

SANTOS, M.. As metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.

SKOLA, J. Czech Sociology. In: The American Journal of Sociology, vol. 28, no. 1, 76-78, jul-1922.

SPITZER, L.. Milieu and Ambiance: na essay in Historical Semantics. In: Philosophy and Phenomenological Research, vol. 3, no. 2, 169-218, dec-1942.

VILA NOVA, S.. Sociologia e Pós-Sociologia em Gilberto Freyre. Recife, Editora Massangana, 1995.

TUNA, G.. Da Outra América: Gilberto Freyre e a “New History” Norte-Americana. In: Trapézio, Campinas, nº. 5/6/7, 199-212, 2003-2004.